

INFORMATIVO

Sinspreu/SP - Abril - 2016

14 DE ABRIL É DIA DE LUTA NO INSS

O ACORDO DE GREVE

Nós, Servidores do INSS, fizemos uma greve de mais de 80 dias no ano passado. Essa greve foi muito importante, pois teve como centro as condições de trabalho e nossos direitos. Entre outros pontos, com a greve conseguimos conquistar a incorporação das gratificações na aposentadoria, a progressão funcional de 12 meses, a mudança na composição das partes fixa e variável da GDASS, além do reajuste salarial e dos benefícios sociais.

O Projeto de Lei nº 4250, de 2015, que contém os acordos de greve assinados para o funcionalismo federal em 2015,

está parado na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados, aguardando a designação do relator.

O INSS e o Governo Federal não têm tido qualquer interesse ou pressa para cumprir o que foi acordado na greve, ao contrário, buscam protelar o máximo que podem. Para retirar direitos dos servidores com o PLP 257/2016, o Governo Federal e Congresso Nacional agem com a máxima urgência, mas para cumprir o acordo de greve e garantir nossos direitos não tem qualquer pressa.

O SUFOCO NAS APS's

Enquanto isso, o mesmo sufoco que estávamos vivendo antes da greve segue sem qualquer solução por parte do INSS. Todas as agências estão lotadas, com servidores adoecendo de tanto trabalhar.

O INSS tenta culpar a greve pelo sufoco nas agências. Mas há anos temos esse cenário, com a falta de servidores para atender e condições de trabalho cada vez mais precárias. O momento de crise que o país vive também é refletido nas agências do INSS, com mais trabalhadores buscando atendimento e acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais. O número de atendimentos espontâneos, não agendados, aumentou em todas as agências, além do número de protocolos de benefícios.

REPOSIÇÃO DA GREVE

Apesar do acordo de greve e do memorando 23 garantirem que todos servidores, das agências ou área meio, têm o direito à reposição da greve, várias servidores têm relatado dificuldades para fazerem a reposição.

O memorando 23, que dá as diretrizes da reposição da greve no INSS, deixa claro que a reposição não deve ser feita somente através de novos agendamentos, com serviço de protocolo. Fazem parte da reposição outros serviços/atividades/tarefas que não estão sendo respeitados e homologados pelos gerentes. Além disso, há locais em que os servidores só estão autorizados a fazer a reposição após a jornada de trabalho.

A greve já foi mais que reposta, cabe a agora o INSS respeitar o acordo de greve e homologar os serviços prestados na reposição.

A SUSPENSÃO DO IMA/GDASS

No final da greve houve a suspensão da avaliação do ciclo da GDASS que se encerrou em outubro. Desde então a Fenaps vem tentando novamente a suspensão do atual ciclo, pois para além da falta de condições de trabalho e estrutura, foi um período em que tivemos greve dos peritos médicos, diversos problemas nos sistemas, mudanças na legislação previdenciária e outros problemas decorrentes da gestão das agendas de protocolo.

No entanto, apesar das várias justificativas, o INSS se recusa a suspender o atual ciclo e tem se negado a reunir-se com os sindicatos para discutir o tema. O INSS, com a ajuda de

muitos gerentes, quer que os servidores trabalhem até morrer nos locais de trabalho para resolver os problemas históricos do INSS e economizar cortando dos nossos salários.

Não são poucos os casos que os servidores estão tendo que trabalhar além de suas jornadas de trabalho, ou até mesmo em finais de semana e feriados com receio de perderem uma parte considerável de seus salários. Mas ocorre que o IMA/GDASS é uma "bola de neve", o sufoco que estamos passando hoje se repetirá no próximo período se não derrotarmos de vez essa avaliação produtivista, que só engana a população e penaliza os servidores.

DILMA E OPOSIÇÃO, JUNTOS PARA ATACAR OS SERVIDORES PÚBLICOS

Estamos acompanhando as crises econômica e política que o país está vivendo. Todos os dias vemos nos noticiários, escândalos envolvendo os diferentes partidos, PT, PMDB, PSDB e outros partidos que sempre foram inimigos dos servidores públicos. Além de trazer à tona os esquemas de corrupção no país, a Operação Lava Jato tem mostrado para que servem as privatizações e a relação promiscua entre as empresas e os governos.

Toda essa polarização entre o governo do PT e a oposição de direita tem como centro somente a disputa pelo poder para ver quem vai atacar os trabalhadores e os serviços públicos. PT, PSDB, PMDB estão todos juntos e bem unidos para atacar os trabalhadores. É assim em relação à Reforma da Previdência que tem sido anunciada, que prevê o au-

mento da idade mínima para a aposentadoria e a unificação de todos os regimes de previdência. É assim também para aprovação DRU (Desvinculação de Receitas da União) que visa retirar 30% dos recursos da Seguridade Social para transferir aos banqueiros através da dívida pública.

Frente à crise que o país vive, o Governo Federal, o Congresso Nacional e a Fiesp querem que os trabalhadores paguem “o pato”. Os serviços públicos têm sido o principal alvo dos pacotes anunciados para o chamado ajuste fiscal, com cortes na saúde, educação e outras políticas públicas, além de projetos que visam retirar direitos dos servidores, tais como fim do abono permanência, a terceirização, a restrição do direito de greve, a possibilidade de demissão por baixa produtividade, entre outros.

LUTAR CONTRA O PLP 257/2016

O Governo Dilma enviou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar 257 (PLP 257/2016). PT, PSDB, PMDB, DEM estão todos unidos para atacar os servidores. O projeto ganhou caráter de urgência e tramita com uma celeridade que não encontramos para a aprovação do PL 4250/2015, que trata do Acordo de Greve dos servidores públicos ou para Anistia da Greve de 2009.

Sob a alegação de estímulo ao “reequilíbrio fiscal” o projeto consiste no desmonte dos serviços públicos, com a destruição de direitos historicamente conquistados.

O PLP 257/2016 é um claro descumprimento do acordo da greve dos servidores públicos realizada no ano passado, uma vez que até mesmo o reajuste previsto para agosto de 2016 não está garantido.

No dia 14 de abril, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) realizará um ato nacional em Brasília em defesa dos serviços pú-

blicos de qualidade para a população, dos direitos dos servidores e da luta para barrar o PLP 257/2016.

De acordo com o projeto, o Congresso Nacional estabelece uma meta de gastos do governo. Caso ela não seja cumprida, automaticamente serão disparados os seguintes gatilhos contra os servidores:

1º: Suspende-se concursos públicos e o aumento do número de servidores, além da suspensão de reajustes reais nos salários do funcionalismo.

2º: Mesmo assim, se não bater a meta, o segundo gatilho suspende a reposição da inflação nos salários dos servidores, a concessão de subsídios e desonerações, além de impor cortes na máquina pública.

3º: Se tudo isso ainda não bastar, o terceiro gatilho suspende o aumento do salário mínimo, corta benefícios de servidores em até 30% e abre um Programa de Demissão Voluntária (PDV) para o funcionalismo público:

PARALISAÇÃO DIA 14 DE ABRIL

Diante do não cumprimento do acordo de greve pelo INSS e Governo Federal, do sufoco nas agências do INSS, a não suspensão do ciclo do IMA/GDASS, dos problemas enfrentados na reposição de greve, dos pacotes do governo e oposição que atacam os servidores públicos, a Plenária da Fenasps aprovou o indicativo de paralisação no dia 14 de abril. Esse indicativo foi aprovado na última assembleia estadual do Sinsprev/SP.

Fazemos esse chamado aos colegas, de retomarmos a mobilização que tivemos na greve, para lutarmos pelo cumprimento do acordo de greve, suspensão do ciclo do IMA/

GDASS e contra os projetos que retiram direitos dos servidores públicos, inclusive com a possibilidade de demissões.

- ⇒ Não vamos pagar pela crise do país;
- ⇒ Cumprimento do acordo de greve já;
- ⇒ Suspensão do ciclo do IMA/GDASS;
- ⇒ Condições de Trabalho;
- ⇒ Concursos Públicos já;
- ⇒ Não ao PLP 257/2016 que congela os salários e retira direitos dos servidores públicos.